Click to prove you're human

O'que é gestao publica

Explicamos o que é gestão pública e o que é Nova Gestão Pública. Além disso, por que é importante e exemplos de gestão pública. A gestão pública cria métodos que melhoram os padrões da vida econômica e social. Quando falamos em gestão pública ou administração pública , referimo-nos à implementação de políticas governamentais , ou seja, à aplicação de recursos do Estado com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem – estar da sua população . É também chamada de gestão pública para a carreira universitária que forma profissionais nas teorias, ferramentas e práticas que dizem respeito às políticas públicas de uma nação . Embora gestão pública e administração pública não sejam conceitos 100% equivalentes, em grande medida podem ser usados como sinônimos . A diferença é que o primeiro termo se refere a conhecimento e conceituação, enquanto o outro geralmente se aplica ao aspecto prático e real do mesmo. Mas em ambos os casos é sobre como administrar os recursos do Estado. O estudo da gestão pública aspira também a construir métodos de melhoria do público , que permitam eliminar as regras que entravam a vida económica e social, melhorar as que são necessárias e substituir as obsoletas por versões mais actuais. Tudo isso para construir modelos de gestão pública mais eficientes, menos propensos à corrupção e mais democráticos. Veja também: Gestão na administração Nova Gestão Pública (NGP) O modelo de eficiência é baseado em contratos de benefícios estaduais. No final do século XX, determinados setores da vida política e econômica dos países desenvolvidos propunham a necessidade de repensar radical e profundamente a forma como concebemos o Governo e o Estado no Ocidente, propondo a sua desburocratização e a revisão do o funcionamento de tudo, do público e do subsidiado, fundando na década de 1990 o que se chamou de Nova Gestão Pública (NGP). Essa crítica radical do público, liderada por autores como Ferlie (1996), Mönks (1998) e Bolgiani (2002), propôs quatro modelos de desenvolvimento para o público: Modelo de eficiência. Com base em contratos de benefícios estaduais, concentra-se no desempenho produtivo do setor público. Modelo de downsizing e descentralização do Estado. Propõe a redução das estruturas públicas e a descentralização radical das responsabilidades administrativas do Estado. Modelo de busca pela excelência. Cuja ideia de Estado é promotora de uma cultura de liderança e aprendizagem favorável aos processos produtivos nacionais. Modelo de orientação ao serviço público. O Estado deve ser regido por um modelo de excelência na prestação de serviços ao público, garantindo a satisfação de sua clientela. Importância da gestão pública Pensar em políticas públicas permite que as pessoas construam suas próprias alternativas de desenvolvimento. A gestão pública é fundamental para a construção de sociedades mais justas, equitativas e felizes . Em grande medida porque o papel do Estado, fonte de eternos debates entre aqueles que preferem a participação mínima (liberais) e aqueles que optam pela plena participação (intervencionistas) nos assuntos econômicos e cotidianos, exige um planejamento responsável, justo e democrático, que garante sempre o aperfeiçoamento gradual e as regras de vida mais justas. Pensar em políticas públicas permite que as pessoas construam suas próprias alternativas de desenvolvimento a partir de suas particularidades como nação. Exemplos de gestão pública É fácil exemplificar a gestão pública nos processos de mudança de governo , uma vez que autoridades que saem e recém-chegados tendem a implementar políticas diferentes. Assim, por exemplo, o governo brasileiro do Estado da Bahia implantou em 1995 um serviço ao cidadão que implantou um Centro de órgãos federais, provinciais e nacionais que prestam seus serviços ao público de forma cômoda e fácil. Esses Centros SAC (Serviço de Atenção ao Cidadão) eram distribuídos nos bairros e contavam com repartições de serviço público com serviços de fotocópia, fotografia, etc. Todos a favor de facilitar os procedimentos ao cidadão. Outro caso de destaque foi a implantação de cartões de transporte via Internet no Governo da Comunidade de Madrid , na Espanha. Este novo serviço, lançado em 1998, melhorou significativamente a qualidade de vida do público , ao poupar-lhe longas filas nos balcões de recarga e permitir-lhe o acesso a inúmeros serviços de informação ligados ao seu cartão de viagem recarregável. Você pode ler sobre outras práticas bem-sucedidas de melhoria da gestão pública aqui . REGISTRO DOI:10.5281/zenodo.11402782 Marcelo Teixeira Portela1Orientadora: Chimene Kuhn Nobre2 RESUMO O presente artigo objetiva propor uma revisão bibliográfica sobre a gestão pública, sua definição, princípios, desafios e uso de tecnologias na atualidade para esse setor. Atualmente muito se fala em gestão pública, demonstrando-se uma maior preocupação das empresas públicas e da sociedade civil para com a questão social e o interesse público. Esse setor segue princípios básicos para operá-lo e enfrenta desafios como a transparência e melhor comunicação com a sociedade civil. Com a globalização e o aumento do uso da tecnologia nos diversos setores, torna-se importante o seu uso também na gestão pública, podendo oferecer vantagens mas não isento de desafios. O presente artigo guia-se pela questão central que envolve a gestão pública, sua definição, princípios, desafios e uso das tecnologias em seu contexto. Esse artigo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica e obteve-se como resultado que apesar de desafios como maior transparência e participação ativa da sociedade civil nas questões da gestão pública, ssse setor é crucial para o bem estar populacional. Além disso, é importante que as tecnologias sejam usadas de forma a impulsionar benefícios dentro desse campo. Palavras-Chave: gestão pública; administração pública; novas práticas; tecnologia. ABSTRACT This article aims to propose a bibliographic review on public management, its definition, principles, challenges and current use of technologies for this sector. Currently, there is a lot of talk about public management, demonstrating a greater concern on the part of public companies and civil society with social issues and the public interest. This sector follows basic principles to operate and faces challenges such as transparency and better communication with civil society. With globalization and the increased use of technology in different sectors, its use in public management also becomes important, as it can offer advantages but is not without challenges. This article is guided by the central issue involving public management, its definition, principles, challenges and use of technologies in its context. This article is characterized as a bibliographical review and the result was that despite challenges such as greater transparency and active participation of civil society in public management issues, this sector is crucial for the population’s well-being. Furthermore, it is important that technologies are used in a way that drives benefits within this field. Keywords: public management; public administration; new practices; technology. 1 INTRODUÇÃO O presente artigo tem por objetivo fornecer um estudo descritivo e exploratório sobre a gestão pública, bem como sua forma de existir na atualidade, de total caráter qualitativo. Esse trabalho justifica-se pela grande importância que o tema tem e vem ganhando nos últimos tempos em todos os âmbitos sociais. A gestão pública é uma realidade dentro do mundo da administração do setor público, e as novas práticas adotadas pelo corpo público vem a modernizar e adequar o setor público às novas tendências e necessidades do momento atual, incluindo novas tecnologias e formas de atender e incluir todos os cidadãos e seus interesses (Fariniuk, 2020). Gestão Pública pode ser entendida como um avanço da administração pública. Até a pouco tempo a área da administração pública era organizada e estruturada de forma rígida e mecanicista, contudo, houve o avanço de uma nova consciência sobre a valorização do ser humano, uso de tecnologias e melhor servir a coletividade, valorizando os interesses públicos e as pessoas de forma individual. Essa nova consciência trouxe a administração pública, a exemplo de outros setores e segmentos como a administração privada, a necessidade de se modernizar e adequar aos novos padrões que surgiram dessa necessidade de uma administração mais voltada para a coletividade, com preocupações como cultura e política e não mais somente em prestar uma boa administração das organizações públicas. (Cóssio, 2018). Nesse sentido, com o avançar das tecnologias e a demanda por melhores formas de assistência, transparência e comunicação com a população e comunidade, é preciso que a gestão pública se adeque a um novo viés de funcionamento e atente-se a novas estratégias e demandas atuais, ainda que essa não seja tarefa fácil (Fariniuk, 2020). Esse artigo trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando artigos e materiais de cunho científico e acadêmico que exploraram o assunto e trazem, consigo, informações importantes sobre o tema. Foram pesquisados materiais na base de dados Scielo e google acadêmico, utilizando como palavras chaves: Gestão pública, tecnologia e gestão pública, gestão pública e atualidade para afunilar as buscas. 2 GESTÃO PÚBLICA A gestão pública é uma área interdisciplinar que lida com uma infinidade de teorias, ideias e práticas sobre como gerir o aparato governamental. Na sua essência, a gestão pública é um campo onde os princípios de organização, planejamento, direção e controle são aplicados para garantir que a eficiência e a eficácia sejam alcançadas em termos de prestação de serviços públicos, bem como de implementação de políticas governamentais. É um processo contínuo através do qual são feitas escolhas e os recursos são direcionados para atingir objetivos comuns e atender às necessidades da sociedade. Sobre o assunto, Nascimento (2017), fala que: Conceitualmente, gestão é a prática que deve ser aprimorada para o alcance de determinados fins: no caso do setor público, a gestão existe para reduzir a pobreza, para melhorar a educação, para aumentar a competitividade da economia, para elevar a conservação de recursos naturais, para preservar, estender e expandir a cultura etc. Em geral, essas são algumas das principais demandas de uma sociedade, e todo o aperfeiçoamento da gestão do setor público deve ser orientado estrategicamente para o atendimento desses objetivos, ou seja, do desenvolvimento econômico e social (Nascimento, 2017, p.7). Dessa forma, a gestão pública é voltada a maior eficácia dos seus processos e visa a diminuição da desigualdade e melhor serviço à população. Assim, ao conseguir lidar e de fato ser eficaz nas suas demandas, a gestão pública influencia e contribui para um aumento significativo na qualidade de vida, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social no seu contexto. Dentro da gestão pública, há alguns princípios que são fundamentais e guiam toda e qualquer prática que envolva os recursos governamentais e sua distribuição e organização para as demandas sociais e urbanas. Esses visam garantir o bom funcionamento das instituições governamentais e a proteção dos interesses públicos. Tais princípios envolvem legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Cavalcante, 2017). 2.1 Princípios da gestão pública A gestão pública, bem como quaisquer outras formas de gestão, é regida e guiada por princípios próprios, contudo não exclusivos, para que se tenha uma melhor qualidade, segurança e desempenho nos seus processos e ações. Tais princípios estão elencados no artigo 37 da Carta Magna de 1988. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988). Além dos princípios contidos no texto constitucional, a administração pública ainda adotou outros como o da proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, entre outros. Tais princípios vêm demonstrar que a administração pública não detém poder absoluto, devendo sua gestão estar dentro dos ditames principiológicos constitucionais. Assim, a administração pública precisa, também, estar dentro de regras e princípios básicos em sua conduta. Dentre os princípios, encontra-se o da legalidade. Este princípio vem a ser um dos princípios basilares, que são os fundamentos essenciais que orientam a interpretação e aplicação das leis, do direito e da Constituição de um país. Encontra-se consubstanciado de forma ampla nos art. 5º II e art. 153, § 2º da Constituição federal de 1988. Pelo princípio da legalidade contido no artigo 37 traduz-se que a administração pública apenas pode fazer ou deixar de fazer algo se existir previsão legal que a permita. Em decorrência do princípio da legalidade, é costumeira a afirmação de que a Administração Pública não pode agir contra a lei (contra legem) ou além da lei (praeter legem), só podendo agir nos estritos limites da lei (secundum legem) (Miranda, 2007, p.5). Dessa forma, a gestão pública não pode manipular ou deixar de seguir as leis já impostas pela união. Assim, Importante aqui prestar esclarecimento no sentido de que o Estado não detém poder absoluto, estando a ele defeso apenas ao que é permitido por lei. A lei é portanto soberana ao próprio poder estatal, porque a mesma se constitui de vontade soberana e é produto de um processo legislativo constitucional. Um outro princípio é o da impessoalidade. Este define que a gestão Pública deve se pautar sempre de forma impessoal, neutra e imparcial. Essa impessoalidade deve ser verificada tanto no trato da gestão pública com seus administrados como em relação à própria administração em si. No trato com os administrados se traduz em que a administração pública não pode favorecer ou prejudicar pessoas determinadas agindo de forma parcial, pois deve visar sempre o bem coletivo. Já em relação a sua própria administração, tem-se que os atos praticados por seus agentes devem ser pautados pela impessoalidade no sentido de que qualquer ato fora dos ditames legais é passível de responsabilização tão somente pelo órgão público, e não pelo servidor. Pelo princípio da moralidade vale dizer que a administração pública deverá se pautar sempre em conduta correta e dentro dos ditames legais. Mais do que isso, mesmo dentro da legalidade as ações devem ser pautadas pela moralidade e os bons costumes, além dos princípios de justiça e equidade, além dos demais valores morais. Pode-se pensar na dificuldade que haveria em desfazer um ato produzido conforme a lei, sob o fundamento do vício da imoralidade. No entanto, a lei pode ser cumprida no moralmente ou imoralmente. Quando sua execução é feita, por exemplo, com o intuito de prejudicar alguém deliberadamente, ou com intuito de favorecer alguém, por certo que se está produzindo um ato formalmente legal, mas materialmente comprometido com a moralidade administrativa (Miranda, 2007, p.6). Sempre que se verificar que a administração pública acabou por ofender ao princípio da moralidade administrativa haverá a improbidade, que pode ser definida como a conduta administrativa desviada ou incorreta, sendo que caberá nestes casos medidas tais como a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento dos prejuízos porventura causados, tudo sem prejuízo de responder também penalmente. Princípio da publicidade destina-se à publicidade dos atos administrativos, com a ampla divulgação de todos os atos da Administração pública, excetuando-se os casos declarados como sigilosos. Através do referido princípio se impõe à administração pública a obrigatoriedade de divulgação de seus atos. Essa publicidade deve ser feita através de divulgação no Diário Oficial. Assim, o princípio da publicidade tem como desiderato assegurar transparência na gestão pública, pois administrador público não é dono do patrimônio de que ele cuida, sendo mero delegatário a gestão dos bens da coletividade, devendo possibilitar aos administrados o conhecimento pleno de suas condutas administrativas (Miranda, 2007, p.8). O princípio da publicidade veio para trazer segurança à sociedade, pois através da transparência de seus atos os administrados poderão acompanhar os ditames administrativos e com isso ter uma participação mais efetiva dentro da administração pública. O princípio da eficiência, agregado posteriormente aos demais princípios constitucionais administrativos através da Emenda Constitucional 19/98, visa a obtenção do melhor resultado com o menor esforço despendido e com o uso racional dos meios conferindo a seus atos um caráter de economia. Esses princípios direcionam comportamentos que irão refletir diretamente no desenvolvimento cultural de uma sociedade, do contrário, ações escandalosas de desvios públicos, enriquecimento ilícito e outras improbidades, serão considerados fatos normais e rotineiros. Esse é o principal desafio do gestor público atual, combater com seriedade todas as formas de abuso no trato com o bem público, deixando de lado, amizades, apadrinhamentos e outras formas pessoais de tratamento (Barbosa, 2011, p.5). Além dos princípios elencados no artigo 37 da Carta Magna, existem outros determinados pela doutrina e jurisprudência que também devem ser respeitados pela gestão pública. Há, ainda, uma questão na gestão pública que é sua distinção para com a administração pública. Ambas compartilham similaridades e diferenças. As duas são voltadas para o bem comum e para a melhor eficiência e eficácia nos processos envolvendo questões governamentais e de tomada de decisões que afetam a população. Nesse sentido, torna-se importante a investigação sobre cada uma delas. 2.2 Administração Pública e Gestão Pública É importante distinguir entre o que é administração pública e o que é gestão pública. A gestão pública é uma ciência cuja existência se baseia no estudo da forma. Para Motta (2003), apenas numa perspectiva descritiva, gestão é planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar. O poder público possui, portanto, uma forma de administração própria, distinta da administração privada, com características e disposições próprias, inclusive constitucionais, como foi visto. A administração pública pode ser definida como a gestão administrativa e sua aplicação às organizações públicas na forma descrita acima (Chaves, 2019). A administração pública também pode ser definida como administração direta e administração indireta. É considerado direto quando é composto por serviços relacionados com o Presidente da República e com os ministérios, e é considerado direto quando é composto por categorias de entidades com personalidade jurídica própria, que podem incluir autarquias, empresas e fundações, desde que pois são públicos (MORAIS, 2009). A gestão pública é mais ampla do que a administração pública na medida em que utiliza novas práticas (muitas do sector privado) para a administração pública. Além de melhorar a eficiência administrativa, esta medida também traz atualizações para o setor público. Este é um novo modelo de gestão que surge da necessidade de melhorar o nível da administração pública e modernizá-la. Num conceito mais formal, pode-se dizer que a administração pública é responsável pelos processos organizacionais e de tomada de decisão envolvidos na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (Nascimento, 2017). Outra diferença significativa entre gestão pública e administração pública é a ousadia, o empreendedorismo e a renovação que ela traz. A administração pública busca inovar, agregar valor e métodos de gestão de outras áreas e até mesmo conhecimento empírico. Tudo visa sempre, em primeiro lugar, o bem-estar da sociedade. Esta busca resultados mais eficientes e benéficos para as instituições públicas e suas administrações, bem como para as comunidades, traduzindo-se em características sociais significativas (Nascimento, 2017). A gestão pública é desenvolvida por profissionais qualificados a serviço da administração pública e esses gestores devem sempre seguir a orientação de quatro pilares básicos, a saber: planejar, organizar, dirigir e controlar. Todo governo que almeja prestar serviços de qualidade deve aderir a esses pilares (Chaves, 2019). Entre outros, o planejamento permite a formulação de estratégias para atingir as metas e objetivos que lhe são traçados, lembre-se que para planejar bem é preciso saber muito, por isso é importante que o gestor conheça todas as informações necessárias para boa prestação de serviços. É necessário e de extrema importância atingir os objetivos propostos dentro dos princípios básicos (Garces, Silveira, 2002). No que diz respeito à organização, isto permitirá que a gestão se desenvolva de forma óptima, adequada e, o mais importante, organizada. A direção permite que um gerente conduza sua administração na direção que deseja e alcance os melhores resultados. Por último, mas não menos importante, o gestor deve ter controle sobre os serviços prestados pela administração pública porque esse controle lhe permitirá analisar melhor todos os pontos fundamentais de bons serviços da administração pública. (Garces, Silvera, 2002). Essa expansão da administração pública trazida pela gestão pública trouxe benefícios e também desafios. Esses desafios devem ser vistos e analisados de forma a não cometer os mesmos erros do passado, como foi o caso da adoção do Novo Sistema de Gestão Pública em solo nacional. Um dos desafios que a administração pública enfrenta na sua forma atual é uma administração mais participativa, ou seja, uma participação mais eficaz da sociedade. (Cósio, 2018). Diante desse desafio, apesar das oportunidades proporcionadas pela Constituição Federal de 1988 para a participação comunitária, a atual administração pública, que visa compartilhar as ações da administração pública por meio do poder público e da sociedade civil, ainda enfrenta desafios. Esta abertura da sociedade ainda não se tornou uma realidade concreta, devido a uma série de factores, como a resistência dos funcionários públicos que aderem aos modelos administrativos tradicionais e resistem a uma gestão mais participativa, e a resistência da própria sociedade civil. Participar ativamente na tomada de decisões e práticas de gestão pública. Outro desafio enfrentado pela administração pública envolve a pressão para prestar serviços públicos de alta qualidade (Baptista, 2010). Serviços públicos de qualidade sempre foram considerados uma deficiência da administração pública brasileira e exigem esforços para garantir que sejam diferentes da realidade atual, o que é um dos desafios que a administração pública brasileira e a gestão pública moderna enfrentam. Contudo, a administração pública deve ter aliados e ferramentas que possibilitem a excelência dos serviços, e ferramentas como a tecnologia tornaram-se importantes aliadas no setor público (Balbe, 2010). 3 Tecnologia e gestão pública A era digital aumentou a necessidade de modernização da administração pública, o que pode ser visto como um dos desafios mais exigentes do mundo atual. Neste contexto, a tecnologia torna-se um catalisador crucial para a transformação dos processos governamentais, visando a eficiência, a transparência e melhores serviços à sociedade. Em relação a isso, Nascimento (2017) fala que: Outro aspecto se refere à visibilidade e à responsabilização sobre as ações governamentais, a partir do momento em que a sociedade se torna mais exigente e participativa e valoriza temas como transparência, ética e responsabilidade fiscal e social. Nesse contexto, as novas tecnologias da informação e da comunicação têm trazido perspectivas para ampliar a participação da sociedade e os instrumentos de controle social (Accountability). (Nascimento, 2017, p.8) Nesse sentido, a tecnologia vem cada vez mais adentrando as esferas cotidianas e se tornando uma forma de contribuir, também, para a gestão pública. Contudo, ainda há o desafio de aproveitar da melhor forma possível as vantagens e possibilidades que essa nova forma e conexão tem a oferecer, constituindo, assim, uma questão da gestão pública. A tecnologia, então, transformou muito a gestão pública e contribuiu para melhorias em diversos setores. Algumas delas incluem a automatização de processos administrativos, a utilização de ferramentas de análise de dados para a tomada de decisões instantâneas, bem como a disponibilização de serviços digitais (Nascimento, 2017). Além disso, a tecnologia serve como meio de colmatar a lacuna de comunicação entre o órgão governamental e o povo, trazendo assim a sociedade para o domínio ativo e aumentando a responsabilização do governo. A utilização de sistemas de gestão integrados permite um monitoramento e avaliação mais eficientes das políticas públicas, resultando em tomadas de decisão baseadas em evidências (Vinhas, 2022). A administração pública tem utilizado algumas soluções tecnológicas e alcançado resultados positivos. Algumas das inovações que encontraram aplicação incluem sistemas automatizados de gestão financeira, plataformas de serviços digitais e governação electrónica, entre outros, que estão a ajudar a garantir um sistema de prestação de serviços públicos de qualidade e uma afectação adequada de recursos (Vinhas, 2022). A utilização de big data e análises, por exemplo, permite o exame da informação governamental a um nível mais profundo, resultando na identificação de padrões e tendências que podem ser utilizados para desenvolver programas políticos com mais produtividade. As aplicações móveis governamentais melhoram o acesso dos cidadãos aos serviços e informações públicas, reduzindo assim a burocracia e as despesas operacionais (Vinhas, 2022). Embora tenha trazido muitos benefícios, o uso da tecnologia na administração pública também apresenta, como dito anteriormente, vários desafios importantes. As questões relativas à segurança da informação, à exclusão digital e à proteção da privacidade individual são certamente importantes para discussão (De Oliveira Leite, Rezende, 2017). Além disso, um obstáculo considerável à difusão eficaz da tecnologia na gestão pública é um conjunto de barreiras culturais e institucionais. É essencial que os gestores públicos estejam preparados para enfrentar estes desafios e garantir as soluções tecnológicas adequadas que servirão o propósito. (De Oliveira Leite, Rezende, 2017). Numa palavra, a tecnologia é parte integrante da modernização da administração pública, facilitando assim uma gestão melhor, transparente e centrada no cidadão. Os governos podem utilizar soluções tecnológicas de forma eficaz para enfrentar os desafios contemporâneos e fornecer serviços públicos de alta qualidade que sejam adequados às necessidades atuais, aumentando a eficácia, eficiência e elevando o padrão de qualidade dos serviços prestados à população. Resultados e Discussão Na análise anterior, foi trazido ao conhecimento que a gestão pública tem um papel a desempenhar na estruturação e prestação dos serviços necessários à comunidade. Sendo um conjunto de práticas e procedimentos que orientam a forma como os recursos públicos são administrados, a gestão pública é orientada por princípios fundamentais que garantem a eficácia, a abertura e a responsabilização na gestão das funções governamentais, sempre visando o bem comum e o melhor desempenho nos processos para a comunidade (Nascimento, 2017). Dessa forma, há princípios que regem a gestão pública, como a legalidade,, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim, fica impedido da gestão pública de ir contra as leis e regras impostas pela União (Barbosa, 2011). Apesar de ter os processos e objetivos claros, a gestão pública enfrenta desafios constantes como a inclusão e participação da sociedade civil e o manejo para usar de forma eficaz e eficiente as novas tecnologias (De Oliveira Leite, Rezende, 2017). De fato, com a atualidade e com as novas formas tecnológicas em ascensão, o uso da tecnologia se torna importante para os processos cotidianos, incluindo os que envolvem a gestão pública. Conseguir fazer com que se tire proveito das possibilidades tecnológicas, como a contribuição para a comunicação entre setores da administração e a comunidade, ainda é um desafio (Nascimento, 2017). Em relação a administração pública e gestão pública, há diferenças e similaridades importantes entre elas. A administração pública refere-se a implementação e execução de políticas públicas, enquanto a gestão pública refere-se a tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e monitoramento de resultados (Chaves, 2019). Por fim, a gestão pública caracteriza-se como uma área de extrema importância para o desenvolvimento e bem estar social, concentrando e atuando em muitas esferas da vida cotidiana, o que implica diretamente na vida dos indivíduos. Embora existam desafios, a gestão pública é uma área de abrangência e de capacidade para impulsionar fatores econômicos e de desenvolvimento (Nascimento, 2017). Considerações finais A gestão pública desempenha papel fundamental na vida e cotidiano dos indivíduos. Estando entrelaçada a diversas áreas como saúde, educação, esporte e meio ambiente, a gestão pública pode contribuir significativamente para melhores condições de vida da população em seu contexto. Existem desafios e capacidades inerentes à gestão pública. É importante que se tenha uma gestão pública de qualidade para alcançar metas significativas para a melhoria das condições de vida da população, que inclua cada vez mais a sociedade civil nos processos de tomada de decisão e que se inclua, cada vez mais, a tecnologia para elevar e impulsionar a transparência e comunicação entre a gestão pública e a sociedade civil. Dessa forma, esse artigo atinge seu objetivo central de explorar conceitos, princípios, desafios e a implementação da tecnologia nessa área nos tempos atuais. Destaca-se, ainda, que o tema não esgota-se aqui e é importante que novas pesquisas e estudos acerca desse tema seja feitos para que cada vez mais se descubra nuances e formas de melhor desempenho na gestão pública. REFERÊNCIAS BALBE, Ronald da Silva. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. 2010. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2024. BAPTISTA, Carla Maria Freres Stipp. A participação da sociedade civil na gestão pública no tocante à moradia. GEOGRAFIA (Londrina), v. 19, n. 3, p. 119-145, 2010. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2024. BARBOSA JUNIOR, Salvador Quintão. Gestão Pública Atual. Brasilia-DF: Conteudo Juridico, 2011. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: Acesso em: 8 abr. 2024. CAVALCANTE, Pedro. Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. No. 2319. Texto para Discussão, 2017. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2024. CHAVES, Francisco Diones Paiva, & ALBUQUERQUE, Ítalo Patrick Patrick Rodrigues. Conceitos sobre a administração pública e suas contribuições para a sociedade. Caderno de Administração 13.1 (2019). Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2024. CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. Educação, v. 41, n. 1, p. 66-73, 2018. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2024. LEITE, Leonardo de Oliveira & REZAENDE, Denis Alcides. E-gov estratégico: governo eletrônico para gestão do desempenho da administração pública. São Paulo: Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017. FARINIUK, Tharsila Maynardes Dallabona. Smart cities e pandemia: tecnologias digitais na gestão pública de cidades brasileiras. Revista de Administração Pública, v. 54, p. 860-873, 2020. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2024. Garces, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 53, n. 4, p. 53-77, 2002. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2024. Miranda, Maria Bernadete. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. 2007. 12 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: C3%ADpios%20Constitucionais%20do%20Direito%20Administrativo-VUQOVZ.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024. Morais, Janaina Jacolina. Princípio da eficiência na Administração Pública. ETHOS JUS: revista acadêmica de ciências jurídicas. Avaré: Faculdade Eduvale de Avaré, v. 3, n. 1, p. 99-105, 2009. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2024. Motta, Fernando C. Prestes. Administração e participação: reflexões para a educação. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 29, n. 2, p. 369-373, Dec. 2003. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2024. Nascimento, Edson Ronaldo. Gestão pública. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017. Vinhas, Cleidson Teixeira, et al. A dimensão da tecnologia da informação e comunicação na administração pública. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação 8.1 (2022): 1083-1095. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2024. 1Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia Campus Porto Velho Zona Norte2Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia Camus Porto Velho Zona Norte. Mestre em Patrimônio Cultural (PPGPC/UFSM). e-mail: chimenkn@gmail.com Explicamos o que é gestão pública e o que é Nova Gestão Pública. Além disso, por que é importante e exemplos de gestão pública. A gestão pública cria métodos que melhoram os padrões da vida econômica e social. Quando falamos em gestão pública ou administração pública , referimo-nos à implementação de políticas governamentais , ou seja, à aplicação de recursos do Estado com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem – estar da sua população . É também chamada de gestão pública para a carreira universitária que forma profissionais nas teorias, ferramentas e práticas que dizem respeito às políticas públicas de uma nação . Embora gestão pública e administração pública não sejam conceitos 100% equivalentes, em grande medida podem ser usados como sinônimos . A diferença é que o primeiro termo se refere a conhecimento e conceituação, enquanto o outro geralmente se aplica ao aspecto prático e real do mesmo. Mas em ambos os casos é sobre como administrar os recursos do Estado. O estudo da gestão pública aspira também a construir métodos de melhoria do público , que permitam eliminar as regras que entravam a vida económica e social, melhorar as que são necessárias e substituir as obsoletas por versões mais actuais. Tudo isso para construir modelos de gestão pública mais eficientes, menos propensos à corrupção e mais democráticos. Veja também: Gestão na administração Nova Gestão Pública (NGP) O modelo de eficiência é baseado em contratos de benefícios estaduais. No final do século XX, determinados setores da vida política e econômica dos países desenvolvidos propunham a necessidade de repensar radical e profundamente a forma como concebemos o Governo e o Estado no Ocidente, propondo a sua desburocratização e a revisão do o funcionamento de tudo, do público e do subsidiado, fundando na década de 1990 o que se chamou de Nova Gestão Pública (NGP). Essa crítica radical do público, liderada por autores como Ferlie (1996), Mönks (1998) e Bolgiani (2002), propôs quatro modelos de desenvolvimento para o público: Modelo de eficiência. Com base em contratos de benefícios estaduais, concentra-se no desempenho produtivo do setor público. Modelo de downsizing e descentralização do Estado. Propõe a redução das estruturas públicas e a descentralização radical das responsabilidades administrativas do Estado. Modelo de busca pela excelência. Cuja ideia de Estado é promotora de uma cultura de liderança e aprendizagem favorável aos processos produtivos nacionais. Modelo de orientação ao serviço público. O Estado deve ser regido por um modelo de excelência na prestação de serviços ao público, garantindo a satisfação de sua clientela. Importância da gestão pública Pensar em políticas públicas permite que as pessoas construam suas próprias alternativas de desenvolvimento. A gestão pública é fundamental para a construção de sociedades mais justas, equitativas e felizes . Em grande medida porque o papel do Estado, fonte de eternos debates entre aqueles que preferem a participação mínima (liberais) e aqueles que optam pela plena participação (intervencionistas) nos assuntos econômicos e cotidianos, exige um planejamento responsável, justo e democrático, que garante sempre o aperfeiçoamento gradual e as regras de vida mais justas. Pensar em políticas públicas permite que as pessoas construam suas próprias alternativas de desenvolvimento a partir de suas particularidades como nação. Exemplos de gestão pública É fácil exemplificar a gestão pública nos processos de mudança de governo , uma vez que autoridades que saem e recém-chegados tendem a implementar políticas diferentes. Assim, por exemplo, o governo brasileiro do Estado da Bahia implantou em 1995 um serviço ao cidadão que implantou um Centro de órgãos federais, provinciais e nacionais que prestam seus serviços ao público de forma cômoda e fácil. Esses Centros SAC (Serviço de Atenção ao Cidadão) eram distribuídos nos bairros e contavam com repartições de serviço público com serviços de fotocópia, fotografia, etc. Todos a favor de facilitar os procedimentos ao cidadão. Outro caso de destaque foi a implantação de cartões de transporte via Internet no Governo da Comunidade de Madrid , na Espanha. Este novo serviço, lançado em 1998, melhorou significativamente a qualidade de vida do público , ao poupar-lhe longas filas nos balcões de recarga e permitir-lhe o acesso a inúmeros serviços de informação ligados ao seu cartão de viagem recarregável. Você pode ler sobre outras práticas bem-sucedidas de melhoria da gestão pública aqui . Ouça este artigo: A Gestão Pública é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade. No entanto para que haja eficiência na gestão correspondente à administração de um município há que se estabelecer a organização na gestão, criar missões correspondentes ao desenvolvimento que se almeja alcançar para, enfim, realizar a gestão de forma eficiente e eficaz. Para Lima (2006), “gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito”. Em uma gestão pública não se pode esquecer a capacidade de se atentar e permanecer no posicionamento da organização planejada, para que assim, a missão possa ser cumprida, que neste caso primordial é o desenvolvimento da cidade em benefício ao povo que nela reside. Lima ainda acredita que uma boa organização na gestão pública está relacionada à uma alta capacidade de gestão, que por sua vez, relaciona-se com a “melhor relação entre recurso, ação e resultado”. Neste sentido pode-se dizer que quanto maior for a demanda, isto é, a necessidade de um planejamento eficiente no município, maior deverá ser a capacidade do gestor público, principalmente se os recursos disponíveis forem escassos. Uma das palavras fundamentais para uma boa gestão pública é “excelência”. Através dela os processos de fundamentação da estrutura do município, a capacidade de administração baseada em necessidade coletiva e o controle dos valores exigidos na gestão será indispensável para a ocorrência de resultados que beneficie tanto a estrutura física do município como sua base econômica e a qualidade de vida dirigida à população local. A proposta de uma gestão pública, segundo Lima (2006) se baseia na excelência de valores e de resultados. O ganho social é de extrema importância e alcança o topo em uma pirâmide de prioridade, pois “cria valor público para o cidadão” (LIMA, 2006 p 8). Segundo o próprio Lima (2006) “a gestão pública é focada em resultados e orientada para o cidadão”. A melhoria da qualidade ofertada pelos serviços público também é de responsabilidade da gestão pública que deve sempre estar elencada para uma “devida contribuição à competitividade do país” (LIMA, 2006 p.8). Dentro da opinião estabelecida por Lima (2006) para uma excelente gestão pública em que engloba o desenvolvimento geral de uma cidade estão os fundamentos que são alcançados com a publicidade dos recursos aplicados às políticas públicas apresentadas; da moralidade e legalidade estabelecida diante da transparência realizada às benfeitorias à própria população e finalmente à excelência de toda a ação realizada que será devidamente direcionada aos cidadãos do município. A adoção de boas práticas relacionada à Gestão Pública constitui, também, um conjunto de mecanismos através dos quais investidores de outros setores, incluindo impostos pagos por cidadãos, protegem-se contra desvios de ativos por indivíduos que têm poder de influenciar ou tomar decisões em nome da cidade que é administrada. O fato é que todos nós desejamos um setor público eficiente, ágil e de qualidade. Para isso é preferido reconhecer os problemas da cidade e procurar resolvê-los através de uma boa preparação na administração desta mesma cidade. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA LIMA, Paulo Daniel Barreto. Excelência em Gestão Pública. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006. Texto originalmente publicado em artigo foi útil? Considere fazer uma contribuição: Page 2 Flexibility is important for success in the public service sector, reveals Public Service Careers, an online resource for public service professionals. Public administrators should be ready to shift jobs when opportunities arise. As a public administrator, you can work as a government policy analyst, public relations manager or regional planner. You could also work in nonprofit organizations. Public administrators perform various roles depending on the organization. Public administrators often need at least a bachelor's degree, but many also earn master's degrees in public administration. Administrative RolesPublic administrators often fulfill administrative roles providing information to clients, and overseeing and implementing various programs for organizations. They are often responsible for directing and advising organization employees like researchers, program officers and consultants. They might also evaluate programs and services within an organization, as well as implement changes to public policy initiatives. Fiscal AdministrationMonitoring and approving budgets may also be a public administrator's role. They might be in charge of revenue and expenditure planning in their organizations. They may also design and evaluate accounting systems. Public administrators must comply with legal provisions while managing accounting information. Public administrators often need a balance of skills such as interpreting and reporting financial information in a way that people can easily understand it. Public GuardianSome public administrators take on a public guardian role, managing affairs for people